



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos

Ieda Amaral Silva

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS:
PERCURSOS PARA A INCLUSÃO, RESISTÊNCIA E VALORIZAÇÃO CULTURAL**

Diamantina
2024

Ieda Amaral Silva

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS:
PERCURSOS PARA A INCLUSÃO, RESISTÊNCIA E VALORIZAÇÃO CULTURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Educação em
Direitos Humanos da Universidade Federal dos
Vales
do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para
obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Bernat Vinolas Prat

**Diamantina
2024**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

A485e 2024	Amaral Silva, Ieda Educação em Direitos Humanos nas Comunidades Quilombolas [manuscrito] : Percursos para a inclusão, resistência e valorização cultural / Ieda Amaral Silva. -- Diamantina, 2024. 29 p. Orientadora: Prof.^a Bernat Vinolas Prat. Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, Diamantina, 2024. 1. Direitos Humanos nas Comunidades Quilombolas. 2. Educação Escolar Quilombola. 3. Comunidades Remanescentes de Quilombos. I. Prat, Bernat Vinolas. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.
---------------	--

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-2886 e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM

Ieda Amaral Silva

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS
COMUNIDADES QUILOMBOLAS: PERCURSOS PARA
A INCLUSÃO, RESISTÊNCIA E VALORIZAÇÃO
CULTURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
partedos requisitos exigidos para a obtenção título de
Especialista em Educação em Direitos Humanos, na
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri.

Orientador: Bernat Vinolas Prat

Data de aprovação 11/11/2024

Documento assinado digitalmente
 **BERNAT VINOLAS PRAT**
Data: 16/01/2025 12:16:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Bernat Vinolas Prat
Instituto de Ciência e Tecnologia– UFVJM – Orientador

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO DE OLIVEIRA BRASIL COSTA**
Data: 17/01/2025 12:16:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ricardo de Oliveira Brasil Costa
Departamento Educação a Distância (EAD)

Documento assinado digitalmente
 **MAISA CANTUÁRIA DA SILVA**
Data: 17/01/2025 09:50:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Especialista. Maísa Cantuária da Silva
Especialista em Educação em Direitos Humanos – EAD/UFVJM

Diamantina

Quero expressar minha sincera gratidão por todo o apoio e incentivo que os meus filhos Phelipe e Isadora, a minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Sou grata ao meu Senhor, pelas experiências vividas nesse caminho de novos horizontes.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso. Aos meus filhos, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. Aos Professores pelas correções e ensinamentos que me permitiram um melhor desempenho no meu processo e caminhada educacional.

Os que semeiam em lágrimas segarão com alegria. Aquele que leva a preciosa semente, andando e chorando, voltará, sem dúvida, com alegria, trazendo consigo os seus feixes. (Salmos, 126-5-6)

A educação é a arma mais poderosa que você pode usar
para mudar o mundo.

(MANDELA, 2003).

RESUMO

Educação em Direitos Humanos em Comunidades Remanescentes de Quilombos é um tema relevante e complexo e sua atuação norteia a discussão e o desenvolvimento deste trabalho. A Educação Quilombola é uma forma de resistência e afirmação das comunidades e suas culturas. Essas comunidades enfrentam obstáculos na área da educação, incluindo a negligência do Poder Público em relação às suas demandas. É preciso fortalecer a educação básica nas comunidades quilombolas, o que envolve melhoria da infraestrutura, capacitação de professores e valorização dos valores étnico-raciais nas escolas. Os desafios são muitos e diversos, sendo fundamental mudar a cultura escolar, que exclui a diversidade. Nota-se também a importância de vincular os conteúdos escolares aos conhecimentos históricos e cotidianos que compõem a vida nas comunidades quilombolas. Esta pesquisa tem como objetivo apresentar as diversas experiências que norteiam a educação escolar quilombola, analisando em que medida tais experiências têm se constituído em consonância com as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. O texto aborda os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas na busca pela garantia de acesso à educação de qualidade. Essas comunidades marginalizadas e discriminadas lidam com a falta de infraestrutura adequada e a ausência de professores qualificados e atentos às demandas específicas dessas comunidades. O texto também destaca a preservação da identidade cultural quilombola nas escolas, bem como a importância de currículos inclusivos que respeitem de fato as tradições das comunidades. O artigo aponta para a urgência de ações integradas e sensíveis às especificidades das comunidades quilombolas, visando superar os desafios existentes e construir um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Comunidades Remanescentes de Quilombo. Educação em Direitos Humanos.

ABSTRACT

Human Rights Education in Quilombo Remaining Communities is a relevant and complex topic and its performance guides the discussion and development of this work. Quilombola education is a form of resistance and affirmation of communities and their cultures. These communities face obstacles in the area of education, including negligence on the part of public authorities in relation to their demands. It is necessary to strengthen basic education in quilombola communities, which involves improving infrastructure, training teachers and valuing ethnic-racial values in schools. The challenges are many and diverse, and it is essential to change the school culture, which excludes diversity. The importance of linking school content with the historical and everyday knowledge that makes up life in quilombola communities is also noted. This article aims to present the various experiences that guide quilombola school education, analyzing the extent to which such experiences have been constituted in line with the determinations of the National Curricular Guidelines for Quilombola School Education. The article addresses the challenges faced by quilombola communities in the search for guaranteed access to quality education. These marginalized and discriminated communities deal with the lack of adequate infrastructure and the absence of qualified teachers who are attentive to the specific demands of these communities. The text also highlights the preservation of quilombola cultural identity in schools, as well as the importance of inclusive curricula that actually respect the traditions of the communities. The article points to the urgency of integrated actions that are sensitive to the specificities of quilombola communities, aiming to overcome existing challenges and build a more inclusive and egalitarian educational environment.

Keywords: Quilombola School Education. Quilombo Remaining Communities. Human Rights Education.

LISTA DE SIGLAS

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

CRQ's – Comunidades Remanescentes de Quilombos

PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

PPP – Projeto Político Pedagógico

Conaq – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO12

METODOLOGIA: ... 15

25

25

28

1 INTRODUÇÃO

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino consideravelmente recente no campo da Educação Básica, considerando que a Resolução N° 08 de 20 de novembro de 2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, assim, configura-se uma política pública em construção, cujo objetivo é a proteção e valorização de saberes históricos e culturais ausentes no currículo escolar por tantos anos (Brasil, 2012, p.1).

Dessa maneira, “Educação Escolar Quilombola é a modalidade de educação que compreende as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas” (Brasil, 2012, p.27). A modalidade de Educação Escolar Quilombola é proveniente dos processos de reparação ao silenciamento/apagamento das comunidades quilombolas negras no Brasil.

Para Almeida (2002),

O importante aqui não é tanto como as agências definem, ou como uma ONG define, ou como o partido político define e sim como os próprios sujeitos se autorrepresentam e quais os critérios políticos organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade (Almeida, 2002, p. 68).

O cenário da Educação Quilombola é de negligência do poder público sobre suas especificidades o que demanda uma valorização dos conhecimentos tradicionais locais e da cultura, uma construção do currículo e da dinâmica escolar que considere a comunidade e a acolha.

Lima (2019) caracteriza algumas das principais demandas que refletem as comunidades quilombolas, das quais podemos citar: a implementação de políticas e de Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, as relacionadas à infraestrutura, adequações nos currículos, representatividade das comunidades, metodologias de ensino, capacitação docente e acesso ao ensino superior.

A Escola não pode ignorar a diversidade que a compõe, transmitindo uma neutralidade em seus conteúdos curriculares. Uma das evoluções nessa direção ocorre no campo das políticas afirmativas, com a aprovação da resolução n. 8, de 20 de novembro de 2012, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Brasil, 2012, p. 26).

Uma proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas. Isso significa que o próprio projeto político-pedagógico da instituição escolar ou das organizações educacionais deve considerar as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas, o que implica numa gestão democrática da escola que envolve a participação das comunidades escolares, sociais e quilombolas e suas lideranças. Por sua vez, a permanência deve ser garantida por meio da alimentação escolar e a inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior. (Brasil, 2012, p. 26)

De acordo com o Censo 2022, a população quilombola no Brasil é de 1.327.802 pessoas, sendo assim, 0,65% do total de habitantes. Foram identificados 473.970 domicílios onde residia pelo menos uma pessoa quilombola, espalhados por 1.696 municípios brasileiros. Conforme expõe a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), a escassez de dados acerca da educação quilombola e a dificuldade de acesso a essas informações inviabilizam o acompanhamento e a realização de políticas públicas e diante desse impasse é importante frisar que somente em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou pela primeira vez na história do país uma pesquisa com recorte específico e voltado para esse grupo integrante dos povos e comunidades quilombolas tradicionais reconhecidos pela Constituição de 1988. Verifica-se que as unidades educacionais estão longe das residências, o acesso é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados e em algumas comunidades não há quaisquer meios de transporte, e o currículo das escolas localizadas fora da comunidade, em sua maioria, encontra-se longe da realidade história e cultural destes estudantes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, que a Educação Escolar Quilombola, requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos específicos, devendo observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira, e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem, bem como exigir que as políticas públicas a eles destinadas considerem a sua inter-relação com as dimensões históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais que acompanham a constituição dos quilombos no Brasil.

Os debates em torno da demanda de políticas de ações afirmativas para a educação escolar quilombola estão dispostas na Lei 10.639/03, quando altera a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional de 1996 e determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e sua abordagem nas escolas de ensino fundamental e médio (Brasil, 2003). Portanto, não cabe mais considerar a educação quilombola como uma modalidade intitulada educação do campo, é preciso levar em conta as especificidades culturais e históricas dessas comunidades (Macêdo, 2015, p.92).

Considerando-se todo o processo histórico de configuração dos quilombos no Brasil e a realidade por eles vivida atualmente, nota-se avanços em relação à educação, mas ainda há muito o que se reparar. Assim, o presente artigo busca, analisar e compreender os impasses que as comunidades quilombolas enfrentam frequentemente no que concerne ao acesso à educação, constatando os principais obstáculos que ocorrem nesse contexto e propondo perspectivas para superar tais desafios.

A inexistência de reconhecimento e de políticas efetivas que direcionem suas demandas específicas, incluindo o acesso à educação; bem como a carência de infraestrutura adequada caracterizam-se como uma das principais dificuldades, abrangendo desde a ausência de escolas bem equipadas até a falta de meios de transporte eficientes para os estudantes. Ressalta-se ainda a insuficiência de profissionais qualificados que absorvam e atendam às particularidades dessas comunidades, a ausência de currículos inclusivos e que de fato respeitem as tradições locais e o impacto causado nessas comunidades, visto que a manifestação da identidade cultural quilombola no ambiente escolar é indispensável para assegurar uma educação que respeite e valorize a cultura e os costumes dessas comunidades.

Diante desse quadro, as políticas públicas são essenciais para demandar planos específicos que considerem as especificidades das comunidades quilombolas. É fundamental a implementação de medidas abrangentes que promovam a igualdade no acesso à educação.

2 METODOLOGIA:

A pesquisa bibliográfica foi a metodologia utilizada nesse artigo e este foi desenvolvido a partir do material encontrado em pesquisas realizadas em livros, artigos e sites direcionados para o tema aqui trabalhado, a fim de embasar o seu desenvolvimento. A escolha por tal metodologia busca, com a revisão integrativa desenvolvida de acordo com os artigos selecionados, legislações brasileiras, materiais em sites especializados acerca da educação escolar quilombola, realizando assim uma ampla revisão acerca da Educação em Direitos Humanos e comunidades quilombolas, reconhecendo lacunas e oportunidades para outras pesquisas.

Consoante Gil (2008) a pesquisa bibliográfica proporciona ao investigador uma vantagem na pesquisa, pois permite um amplo levantamento de dados acerca dos fenômenos, concentrando as informações de acordo com o objeto da pesquisa.

Para a escolha de artigos e sites foram utilizados termos de busca para nortear a pesquisa. Tais termos consistem em “educação escolar quilombola”, “comunidades remanescentes de quilombos”, “educação em direitos humanos”, “evasão escolar nas comunidades quilombolas”, “Censo 2022 e comunidades quilombolas”, “educação em direitos humanos nas comunidades remanescentes de quilombos”, “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola” e “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.”

Essa metodologia procura, com a utilização de dados, conceitos e informações, fundamentar de forma clara e objetiva, o conteúdo proposto. Mediante a esses instrumentos de pesquisa, buscaram-se subsídios concernentes ao tema abordado, corroborando dessa forma, para a estruturação do artigo, estimulando reflexões sobre o direito a uma educação de qualidade que é inerente a toda (o) cidadã (o) brasileira (o) e que seja verdadeiramente acessível e sensível às particularidades dessas comunidades e o Estado tem utilizado e deverá utilizar de forma contínua e consistente para promover o acesso em sua totalidade e plenitude da educação escolar quilombola.

3 DISCUSSÃO

A discussão acerca da Educação Escolar Quilombola é definitivamente recente no âmbito nacional da política pública educacional. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola concebem que Educação Escolar Quilombola é aquela aplicada em estabelecimentos de ensino localizados no interior das Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), que requerem uma organização curricular em conjunto com as especificidades históricas, sociais e culturais de cada comunidade.

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (Brasil, 2012, p. 1)

A Educação Escolar Quilombola abrange escolas quilombolas e escolas que atendem alunos oriundos das comunidades quilombolas, visto que a escola é aquela localizada na comunidade quilombola.

Tem-se a Educação Escolar Quilombola como uma ação afirmativa, que busca reparar as injustiças e desvantagens sociais históricas que assolam à população negra, visando ainda dissolver os efeitos colonizadores nas escolas e comunidades. De encontro com esse entendimento, Santos (1999, p. 147-157), afirma:

Eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, [...] e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado (Santos, 1999, p. 147-157).

A elaboração de uma política específica de educação voltada às CRQs é uma forma de reconhecer e compensar no campo educacional a invisibilidade de um grupo étnico excluído da pauta dos projetos educacionais nacionais durante anos, devendo, para tanto, fornecer as condições necessárias para que as situações de desvantagem sejam de fato superadas e eliminadas.

Conforme Silvério (2002, p. 68),

Embora várias investigações tenham detectado os fatores que estruturam as desigualdades raciais, os velhos argumentos que procuram nos convencer da não necessidade ou da ineficácia de políticas públicas para grupos específicos retornam com novas roupagens. Assim, aparentemente, o problema é que, no Brasil, não se assume que as desigualdades sociais têm um fundamento racial, que influi de maneira decisiva nas variações encontradas nos indicadores relativos à renda, à educação e à saúde da população brasileira.

Deste modo, a Educação Escolar Quilombola como política afirmativa deve garantir que os alunos quilombolas não tenham apenas o acesso à escola, mas que consigam nela permanecer e obter êxitos, e que essa Escola tenha sentido para suas vidas e esteja em consonância com a cultura, as tradições e os saberes da comunidade.

É necessário ressaltar que as metas de universalização da educação básica, do mesmo modo que seus projetos e pautas não consideram os quilombolas, ou seja, eles foram totalmente afastados desse processo.

A Educação Escolar Quilombola deve ser lida com uma proposta de tratamento pedagógico e estrutural específica, com o intuito de sanar desigualdades histórico-sociais no âmbito educacional. Assim entendem, Santana, Eugênio, Oliveira e Pereira (2016), que a Educação Escolar Quilombola atende a realidades distintas às comunidades quilombolas, o que indica que devemos atentar para como cada comunidade têm construído seus projetos de escola, ou seja, aquilo que os mobilizam enquanto comunidade quilombola, suas especificidades e transições. Deste modo, trata-se de atender cada comunidade dentro de um plano de diversidade que envolve os mais múltiplos modos de existência e enfrentamentos desses povos no território brasileiro.

Outra análise relevante acerca da Educação Escolar Quilombola é de que as Escolas, ainda que localizadas nas Comunidades Quilombolas, não atendem somente alunos negros quilombolas; a propósito, a própria Comunidade, em diversas situações, não constitui um grupo rígido de pessoas negras, havendo interações com outros grupos étnicos, logo, o desenvolvimento do currículo escolar nas Escolas Quilombolas abrange cuidar de maneira efetiva das noções de cultura, diferença, identidade e diversidade.

A Escola Quilombola, constituída de alunos quilombolas, mas também com alunos de outros grupos étnicos, pode ser concebida a partir da perspectiva multicultural de McLaren (2000), em que as,

[...] identidades conseguem fazer soar suas vozes, em sua interação dialógica com a condição do outro, exigindo disputa aberta nas estruturas acordadas e utilizando uma forma crítica de contraponto, para prevenir que a animosidade ferva e transborde para violência.

O currículo escolar nas Escolas Quilombolas deverá ser capaz de estruturar a complexidade e singularidade dos fenômenos que caracterizam a história e a realidade das CRQs.

Em consonância com esse entendimento, Miranda (2012, p. 374), ressalta:

A implantação da modalidade de educação quilombola insere-se no conjunto mais amplo de desestabilização de estigmas que definiram, ao longo de nossa

história, a inserção subalterna da população negra na sociedade e, consequentemente, no sistema escolar.

Os obstáculos enfrentados pela educação escolar destinada aos estudantes quilombolas são amplos e diversos, dentre os quais podemos citar: recursos financeiros, material didático específico e direcionado, as condições dos estabelecimentos e escolares, o uso de recursos didáticos apropriados e a formação docente. No cenário escolar, as práticas pedagógicas relacionadas às questões quilombolas, quando existentes, não contemplam a diversidade cultural presente dentro da escola, a falta de recursos financeiros e materiais que leva os docentes por muitas vezes improvisarem e utilizar de alternativas a fim de suprir a falta de materiais didáticos. Isto posto, se faz necessária a adoção de novas metodologias e novos conteúdos que possam contribuir, consideravelmente, para a composição de identidades quilombolas positivas.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) as escolas quilombolas representam apenas 1,2% do total de estabelecimentos de educação básica no país e apenas 0,45% das matrículas nesse nível. Nota-se a existência de estabelecimentos atendendo a estudantes quilombolas fora de seus territórios, muitos em áreas urbanas, o que necessita de uma investigação com maior discernimento quanto a origem do aluno. Há comunidades em que não possuem escolas instaladas, o que ocasiona o deslocamento dos alunos, muitas vezes a pé, pois a deficiência de meios de transporte também é um desafio enfrentado por essas comunidades, para chegar nas escolas, ou em pontos de ônibus, se houver (INEP, 2013).

Verificar os variados meios de vida no território, criar a ótica das formas de uso dos recursos, da etnicidade e da memória deve compor o processo educacional. As experiências educacionais que se propõem instituir um ensino fundamentado na cultura dos quilombolas se deparam com um acervo abundante de histórias, costumes e saberes, as quais se remetem à memória e às histórias de vida.

As circunstâncias de funcionamento das escolas quilombolas consideradas por Miranda (2012) possuem indicadores demonstrando precariedade no atendimento aos alunos, os estabelecimentos em sua maioria são de pequeno porte, com uma infraestrutura inadequada e que não comporta as necessidades dos alunos, alguns funcionam em templos e igrejas, em salas de outras escolas; ou até mesmo na casa do docente. Há escolas que funcionam em locais destinados ao depósito de materiais. É perceptível a dificuldade e/ou ausência a qualquer modalidade de esgoto sanitário ou energia elétrica, comum à maioria das escolas

rurais do Brasil. Nota-se ainda a carência de formação dos docentes na área rural, onde estão a grande maioria dos estabelecimentos escolares quilombolas, o que leva a processos mais longos de escolarização (Miranda, 2012, p. 369-498).

A Educação Quilombola tem amparo em documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e a Lei nº 10.639/03, pela educação para as relações étnico-raciais nas escolas. Neste cenário, a escola quilombola tem como fundamento estruturar esses saberes e garantir o direito de todos à educação. Todavia, se essa escola não for composta essencialmente por um quadro docente e de gestão de educadores oriundos da comunidade e atentos a uma educação quilombola, a consequência pode ser a imposição dos saberes curriculares sobre os locais.

Macedo (2019) e Gusmão e Souza (2012) ressaltam que em muitas das comunidades quilombolas de nosso país a educação escolar não tem sabido dialogar com os conhecimentos elaborados por esses coletivos, logo, com suas práticas educativas, o que tem dificultado a construção de experiências de educação escolar pautadas no que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Macedo (2015) evidencia que as práticas curriculares não contemplam as especificidades étnico culturais dos quilombolas, salvo em ocasiões pontuais. A autora implementa em suas considerações:

Diante desse contexto, é urgente superar as propostas de educação impostas às escolas quilombolas pelo Sistema Oficial de Ensino, para elaborar propostas curriculares, interculturais, diferenciadas, referendadas pela ecologia de saberes, partindo de dentro das comunidades quilombolas, de maneira que os conteúdos escolares dialoguem com os saberes e as práticas desses sujeitos (Macedo, 2015, p. 185).

As pedagogias quilombolas são peças centrais para a elaboração de um currículo escolar quilombola, enfatizando que a educação escolar é inerente da realidade local e necessita estar em diálogo com a cultura, a diversidade, a identidade, os saberes entre escola e comunidade, propondo o respeito as diferenças, de forma a envolver os conhecimentos produzidos em seus hábitos sociais. Para tal, Souza (2015), “entendemos que a construção de um currículo escolar quilombola é possível e precisa incorporar os atos de currículo dos povos e comunidades quilombolas, desenvolvendo etno currículos implicados e multirreferenciados” (Souza, 2015, p. 8).

A falta de continuidade para as demais etapas de ensino é um desafio, sendo raras as unidades que ofertam Ensino Fundamental II e Médio, o que ocasiona a mudança dos alunos para escolas regulares para continuação dos estudos e a experiência raramente era positiva,

tendo em vista que a escola era distante, os alunos sofriam preconceito e discriminação e em consequência, muitas vezes abandonavam os estudos. Nas escolas, os alunos se deparam com aulas que pouco ou nada dialoguem com suas realidades. Em comum, estão desafios como garantir saneamento básico, transporte, energia elétrica e alimentação (Matuoka, 2018).

Quanto à alimentação destinada às escolas e seus estudantes, há uma reivindicação das organizações do movimento quilombola, em que os quilombolas pleiteiam uma alimentação escolar estruturada aos costumes locais, aos modos de ser e de produzir das comunidades. Entretanto, é importante ressaltar que todo e qualquer programa de alimentação escolar voltado para as comunidades quilombolas deverão ser elaborados em diálogo com essas comunidades.

Os quilombolas reivindicam que as políticas públicas a eles direcionadas considerem a sua inter-relação com as dimensões históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais que acompanham a constituição dos quilombos no Brasil. Assim, a Educação Escolar Quilombola não pode ser ponderada somente levando-se em conta os aspectos normativos, burocráticos e institucionais que conduzem a composição das políticas nacionais. A sua implementação deverá ser sempre realizada mediante consultas prévias e informada pelo poder público em conjunto com as comunidades quilombolas e suas organizações.

Na formação inicial e continuada de professores/as para a Educação Escolar Quilombola, as diretrizes evidenciam a necessidade da inclusão do estudo de memória, ancestralidade, oralidade, corporeidade, estética e do etno desenvolvimento, produzido pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural. A formação de professores/as deverá ainda estimular o meio de inserção da realidade quilombola no material didático e de apoio pedagógico existente e produzido para docentes da Educação Básica nos seus distintos períodos e modalidades. A produção e distribuição de material específico deve ser feita em diálogo com as realidades locais das várias comunidades existentes em cada município (Brasil, 2020).

A Educação Escolar Quilombola requer também a presença e a participação das lideranças quilombolas que, há tempos, reivindicam a contribuição na elaboração, análise e monitoramento das políticas públicas direcionadas para essas comunidades.

Conforme cita Maroun (2018):

Não há um modelo único de comunidade quilombola e, portanto, não há um formato específico para pensar uma educação quilombola. Cada comunidade tem um processo singular de constituição de identidade, de formação e auto atribuição enquanto quilombo e assim devem ser pensadas cada uma das escolas destes territórios.

Assegurar saneamento básico, transporte, energia elétrica e alimentação não é tão somente uma demanda constante das comunidades quilombolas, como se configura como um grande desafio, haja vista que as escolas são, em sua grande maioria, localizadas em áreas rurais, e funcionam em locais improvisados, cedidos por instituições religiosas ou privadas, em condições muito precárias e por vezes, de difícil acesso. O transporte escolar é um instrumento essencial para garantir a frequência e permanência dos alunos na escola, especialmente em regiões onde as distâncias entre as comunidades e as instituições educacionais são extensas. A ausência de um sistema eficiente de transporte pode originar em altas taxas de evasão escolar entre os alunos quilombolas, privando-os do acesso a uma educação escolar de qualidade, levando-se em conta que muitas comunidades quilombolas estão localizadas em áreas distantes dos centros urbanos onde as instituições educacionais estão concentradas e o acesso geográfico é definido por estradas precárias e falta de infraestrutura.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e a formação de professores/as são elementos estruturantes para essa modalidade de ensino. A construção do PPP de forma participativa envolvendo o coletivo da escola e a comunidade constitui-se como um processo no qual a escola revela seus compromissos, suas intenções e principalmente a identidade de seus integrantes e deve estar profundamente relacionado com a realidade das comunidades quilombolas em todos os âmbitos.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) designa diretrizes para a promoção de uma cultura de direitos humanos em todos os níveis de ensino. No âmbito das comunidades quilombolas, essa educação assume uma função primordial, pois essas comunidades historicamente enfrentam desafios expressivos relacionados à discriminação, exclusão social e falta de acesso a direitos básicos, o que inclui o direito à educação.

A Educação em Direitos Humanos, de acordo com orientações do PNEDH, pode ser um instrumento importante para oferecer autonomia a essas comunidades, proporcionando o conhecimento de seus direitos e consolidando sua identidade cultural.

A movimentação de organizações governamentais e não governamentais atua como um instrumento essencial para impulsionar iniciativas efetivas, capazes de melhorar significativamente o acesso à educação nas comunidades quilombolas. Destaca-se também a grande necessidade de ações coordenadas, sensíveis e atentas às particularidades dessas

comunidades, com o objetivo de superar os desafios existentes e construir um espaço educacional mais inclusivo e igualitário no Brasil.

No cenário das comunidades quilombolas, a execução de um conjunto educacional de recursos eficaz se torna um tópico de fato relevante. A ausência de investimentos, somada à escassez de recursos, origina um quadro onde as instituições educacionais muitas vezes batalham para atender às demandas específicas dessas comunidades.

Ações que favorecem a preservação e inclusão das tradições culturais e dos saberes quilombolas no currículo, tal como a capacitação de professores para compreender e absorver essas especificidades, são movimentos fundamentais. Ademais, parcerias entre o governo, organizações não governamentais e a própria comunidade podem ser primordiais para impulsionar a qualidade e o alcance da educação quilombola.

Atualmente, as políticas públicas dirigidas à educação quilombola têm buscado endereçar as discrepâncias históricas, com o intuito de garantir o acesso, permanência e êxito dos alunos quilombolas no ambiente educacional. Adequações nas políticas públicas devem atentar-se para o acesso físico à educação, bem como a qualidade do ensino apresentado, o que se traduz em um empenho para desenvolver metodologias inerentes à diversidade cultural, asseverando que os alunos quilombolas se vejam representados e valorizados no ambiente escolar.

Outrossim, é necessário proporcionar uma inserção mais ativa das comunidades quilombolas no curso de concepção e efetivação de políticas, assegurando que as políticas estejam em sintonia com as reais demandas e anseios dessas comunidades.

Em síntese, a busca pela equidade educacional demanda um comprometimento contínuo e aperfeiçoamento constante dos planos governamentais para certificar que a educação seja efetivamente inclusiva e sensível às especificidades culturais das comunidades quilombolas e que as evoluções sejam ajustadas às circunstâncias locais.

As disparidades educacionais refletem um impasse considerável para as comunidades quilombolas, manifestando-se de variadas formas e ocasionando efeitos complexos em seu desenvolvimento individual e coletivo. Tais disparidades, reproduzem ciclos de danos que impactam a qualidade de vida e oportunidades para os integrantes dessas comunidades, muitas vezes por razões históricas e estruturais.

A falta de acesso a uma educação de qualidade cria obstáculos para o desenvolvimento intelectual e profissional dos quilombolas, reduzindo suas expectativas de emprego e promoção social. Ainda, a deficiência de representatividade cultural nos currículos escolares

pode levar a uma separação entre o conteúdo educacional e a realidade vivenciada pelos quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo faz apontamentos à resistência quilombola na luta por seus direitos à educação e ainda que tenhamos avanços nas construções propostas nos dispositivos legais, a resistência quilombola nessa busca por uma escolarização que de fato atenda às suas especificidades e demandas ainda se faz necessária, dado os vácuos deixados pela ausência da educação escolar e o silenciamento da cultura quilombola nos currículos das escolas que atendem estudantes da comunidade, como exemplo, docentes que não trabalham com materiais específicos e com uma abordagem da realidade sociocultural das crianças de forma incipiente.

O texto ressalta a importância de atentar-se para dois pontos primordiais para a instauração de uma política de Educação Escolar Quilombola. O primeiro refere-se à demanda de elaborar um currículo escolar que auxilie a fortalecer e desenvolver posturas críticas a partir das vozes e para as vozes da própria comunidade quilombola, por muitas vezes silenciada. Criar um currículo que aproxime a Escola de suas vidas, que os qualifique para questionar suas realidades e posteriormente construir mecanismos e ferramentas para intervir e transformar essas realidades. Refere-se a uma concepção curricular que legitime vozes, experiências e histórias pelas quais os alunos quilombolas dão sentido ao mundo; de um currículo que considere como a cultura, os costumes e os saberes do cotidiano quilombola podem fornecer a base para reformular ações de inclusão social. O segundo ponto está ligado à necessidade do vínculo dos conteúdos escolares com os saberes históricos e cotidianos que constroem a vida na comunidade.

Ademais, consoante Gusmão e Souza (2012), pensar a Educação Quilombola, seja em escolas quilombolas ou em escolas que recebem estudantes quilombolas, resulta em implantar uma escola para a diversidade, “em que professores e gestores tivessem em suas formações condições para o trabalho pedagógico com toda e qualquer expressão de diversidade cultural” (Gusmão; Souza, 2012, p. 242-243).

A influência da escola e da comunidade no caminho de construção da identidade de jovens de uma comunidade de remanescentes de quilombo é de grande impacto. A elaboração de uma proposta pedagógica direcionada para a educação quilombola seguramente exige pesquisas que abarquem aqueles saberes comunitários e uma troca de conhecimentos entre diversas áreas. A interdisciplinaridade torna-se determinante para a abertura de diálogos que venham a cooperar com a criação de um currículo pertinente a essa realidade.

Nesse sentido, indica-se pensar a educação quilombola levando-se em conta os cenários de uso do território, da etnicidade e das memórias presentes nos relatos dos indivíduos com o objetivo de construir métodos que propiciem aprendizagens tendo como início elementos referentes às múltiplas realidades locais das comunidades. Em vista disso, interromper um longo ciclo de exclusão étnica e racial que se arrasta por muitos anos.

Assim, a experiência da diversidade étnica e cultural, vide os quilombos, é a contrapartida da educação nos processos de reconhecimento que expandem o valor das leis que foram aprovadas, e as escolas, professores e educadores são desafiados a buscar rotas que levem a múltiplas culturas para dentro da escola e para além dela, inserindo outras formas de sabedoria não presentes na educação formal. Em suma, conferir valor ético e político ao processo educacional para que se transformem não apenas os currículos escolares, mas a cultura escolar.

A efetivação de programas de educação em direitos humanos nas escolas quilombolas pode colaborar para a redução das desigualdades educacionais e sociais e essas iniciativas educativas promoverão a inclusão e o respeito à diversidade. Dessa forma, iniciativas como programas de formação continuada e que viabilizem aos profissionais da educação a oportunidade de conhecerem e se envolverem com a cultura, os saberes e os costumes das comunidades quilombolas, gerando um entendimento mais acentuado e acertado de suas tradições e desafios, são essenciais. Tais programas não somente capacitam os educadores, como também consolidam a identidade cultural dessas comunidades.

O aproveitamento de experiências contemporâneas, realizado com respeito e em consonância com a cultura e as tradições dessas comunidades, pode ser positivo. A utilização de tecnologias educacionais de forma contextualizada e adequada à realidade quilombola e com escolas bem equipadas, pode gerar novas perspectivas de ensino e aprendizagem. Programas que estimulam a preservação da língua de origem e promovem a atuação dos jovens como agentes centrais na composição do conhecimento são exemplos de aperfeiçoamentos que reforçam a identidade cultural e corroboram para um ambiente educacional mais inclusivo.

Instituir redes de colaboração, em que haja a troca de experiências e conhecimentos entre diversas comunidades quilombolas viabiliza que ações satisfatórias sejam compartilhadas e adaptadas, cooperando para a formação de um conjunto diverso de abordagens educacionais. Esse intercâmbio de saberes pode ser realizado através de encontros

presenciais, reuniões on-line e outros meios que propiciem a comunicação e a colaboração entre as comunidades.

Outrossim, parcerias entre instituições educacionais, órgãos governamentais e líderes comunitários são importantes para a criação de políticas eficazes de contratação e permanência de profissionais qualificados, bem como instituir canais de comunicação abertos e inclusivos, onde as necessidades locais sejam ouvidas e consideradas, a fim de garantir que os profissionais contratados estejam alinhados com as necessidades específicas das comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas também encaram desafios referentes à formação e contratação de profissionais da educação, o que requer uma abordagem abrangente que contenha não somente a identificação exata dos desafios, mas também a efetuação de táticas diversas de formação e contratação. Com educadores sensíveis às particularidades culturais e aos saberes desses povos, podemos conceber um sistema educacional que seja de fato inclusivo e eficaz, colaborando para a consolidação dessas comunidades e de sua cultura.

A instalação de currículos inclusivos é de extrema importância na promoção de uma educação que respeite e valorize as tradições locais, corroborando a diversidade cultural existente nas comunidades.

O artigo demonstra a complexidade dos desafios que as comunidades quilombolas lidam em relação ao acesso à educação no Brasil e igualmente aponta lacunas que impactam de maneira direta a qualidade do ensino ofertado.

A Educação em Direitos Humanos nas comunidades quilombolas deve ser lida como um processo contínuo e dinâmico, pois se a escola funciona bem no território, garante-se a existência da comunidade por meio da permanência dessas crianças e jovens que, quando saem muito cedo do território, muitas vezes não mais retornam para a comunidade.

Assim, é indispensável recolocarmos os quilombolas como protagonistas na construção de sua educação. Destarte, essa demanda implica esforços contínuos, colaborativos e sustentáveis, objetivando assegurar que a educação seja de fato um dispositivo de transformação para as comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola**. Brasília, MEC/CEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Parecer homologado CNE/CEB, 16/12 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica**, publicado no D.O.U de 20/11/2012, Seção 1, Pág. 8, **que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília, DF, 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**, Brasília, DF, 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Escolar Quilombola**. 2020. Disponível em: . Acesso em 17 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “Histórica e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em 17 ago. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012. Seção 1, p. 26.

CAMPOS, Margarida Cássia; GALLINARI, Tainara Sussai. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista Nera**, Ano 20, n. 35, pp. 199-217, janeiro/abril de 2017 – ISSN: 1806-6755.

Escolas precárias fazem quilombolas saírem de suas comunidades. **TERRA**, 2023. Disponível em: Acesso em 17 ago. 2024

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: Acesso em 17 ago. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino (org.) **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03**. 1 ed. Brasília: MEC; Unesco, 2012. Disponível em: . Acesso em 17 ago. 2024.

GUSMÃO, Neuza Maria Mendes de. Antropologia e Educação Quilombola: etnicidade e mediação. **EntreRios Revista do PPGANT-UFPI**, v. 3, n.1 p. 9-26, 2020. Disponível em: . Acesso em 17 ago. 2024.

GUSMÃO, Neusa M.M.; SOUZA, Márcia Lúcia A. “Educação Quilombola entre saberes e lutas”. In: DAUSTER, Tania; TOSTA, Sandra P.; ROCHA, Gilmar (orgs.) **Etnografia e educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012, pp. 222-245.

IBGE divulga retrato inédito sobre quilombolas e ressalta modelo de consulta às lideranças dessa população. **IBGE, 2023**. Disponível em: Acesso em 17 ago. 2024

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo escolar da educação básica 2013: caderno de instruções**. Brasília: INEP, 2013.

LIMA, Aderaldo Santos de. **Fórum permanente de educação quilombola da Bahia: uma análise do processo participativo de construção e monitoramento da política pública para Educação Quilombola**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC, Campus I, Salvador, 2019.

MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. **Educação em Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Velho Chico/BA: indagações acerca do diálogo entre as escolas e as comunidades locais**. 2015. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

MACEDO, Liliane de Fátima Dias. **A implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica em escolas da comunidade de Quartel do Idaiá/MG**. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Mariana, 2019.

MAROUN, Kalya. **A educação quilombola como resistência de suas comunidades e culturas**. Centro de Referências em Educação Integral, 2018. Disponível em: Acesso em 17 ago. 2024.

MATUOKA, Ingrid. **A educação quilombola como resistência em suas comunidades e culturas**. Centro de Referências em Educação Integral, 2018. Disponível em: . Acesso em 17 ago. 2024.

McLAREN. P. **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio/ago. 2012.

PAULA, Elaine de; NAZÁRIO Roseli. Entre o quilombo e a educação infantil: o (não) lugar das crianças quilombolas na política educacional brasileira. **P O I É S I S** – Revista do programa de pós-graduação em educação – mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Tubarão, v. 11, n. 19, p. 96 – 111, Jan/Jun 2017. Disponível em: Acesso em: 17 ago. 2024.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. **BRASÍLIA, 2018**. Disponível em: Acesso em 17 ago. 2024

População quilombola é de 1,3 milhão, indica recorte inédito do censo. GOV. BR, 2023. Disponível em:

SANTANA, José Valdir J; EUGÊNIO, Benedito G; OLIVEIRA, NAKSON W.S.; PEREIRA, Claudia de J. “A Educação Escolar Quilombola na ANPED: análise da produção do GT. 21 – Educação e Relações Étnico-Raciais”. **ACENO**, 3 (6), ago – Dez 2016: 137-158. Disponível em . Acesso em 17 ago. 2024

SANTIAGO, Mylene Cristina; AKKARI, Abdeljalil; MARQUES, Luciana Pacheco. **Educação Intercultural: desafios e possibilidades**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

SANTOS, H. Políticas públicas para a população negra no Brasil. **Observatório da Cidadania**, Rio de Janeiro: Ibase, n. 3, 1999.

SILVÉRIO, V. R. Sons negros com ruídos brancos. In: ANPED *et al.* **Racismo no Brasil**. São Paulo: ABONG, 2002.

SOUZA, Elizabete das Dôres Gomes de. **A comunidade dos Arturos, os desafios e as perspectivas para a educação quilombola**: diálogos entre educação, gestão social e desenvolvimento local. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário UMA, Programa de pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Belo Horizonte, 2018.

SOUZA, Shirley Pimental de. **Educação escolar quilombola**: as pedagogias quilombolas na construção curricular. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado Em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Salvador. 2015

